



Contrabando de cigarros no Brasil: há solução?



Problema pode não estar nos impostos

Na relação comercial e diplomática entre Brasil e Paraguai estaria uma solução para o fim do mercado ilegal no país

» MARIA EDUARDA CARDIM

Ainda que exista solução para o problema do contrabando de cigarros no Brasil, ela não vem da redução de impostos desse tipo de produto. A ponderação é do especialista em mercado ilegal de tabaco e economista da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Banco Mundial Roberto Iglesias. Segundo ele, o aumento de impostos não explica nem a origem nem a permanência do problema no Brasil.

“O contrabando não nasceu dos aumentos de impostos, se manteve com diferentes níveis de incentivos financeiros”, afirma Iglesias. Ele lembra que o mercado ilícito de cigarros no Brasil foi criado nos anos de 1990. “Foi resultado de um aumento de preços feitos pelas empresas no Brasil e pela acumulação ativa de estoques de cigarros brasileiros, argentinos e uruguaios no Paraguai. Com esse estoque, criou-se um negócio ilegal com produtos baratos e com uma rede de distribuição ilegal no Brasil”, destaca.

Segundo a Receita Federal, cerca de 80% dos cigarros contrabandeados no Brasil têm sua fábrica localizada no Paraguai. O especialista explica que esse contrabando entre um país pequeno e outro de economia maior geralmente acontece quando as nações são inimigas históricas, o que não reflete a situação dos dois países.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



O contrabando conseguiu sobreviver com diferentes políticas tributárias. Chegou a hora de o Estado brasileiro se sentar, reconhecer o problema e conversar com o Paraguai”

Roberto Iglesias, especialista em mercado ilegal de tabaco e economista da OMS e do Banco Mundial

solução para o problema, e que primeiro é necessário entender que o problema não são os altos impostos. “É preciso focar em uma solução diplomática com instrumentos do direito internacional e da regulação do mercado de tabaco”, reforça.

Para ele, é preciso focar na cabeça da rede legal que existe no Paraguai. “Esse é um produto diferente das drogas, que têm ofertas clandestinas e pulverizadas. Para encontrar fábricas de cigarros, estão todas legalizadas. A produção do cigarro no Paraguai é concentrada em poucas fábricas, com uma empresa líder, um oligopólio”, explica.

Por isso, “a solução econômica e diplomática passa pelo Paraguai controlar a produção e a distribuição de cigarros por meio da implementação de compromissos internacionais”. Além disso, de acordo com o especialista, o Brasil poderia, por exemplo, oferecer a entrada formal desses produtos com a cobrança de impostos dos cigarros paraguaios.

Iglesias acredita que o debate deve ser feito o mais rapidamente possível. “O contrabando conseguiu sobreviver com diferentes políticas tributárias. Chegou a hora de o Estado brasileiro se sentar, reconhecer o problema e conversar com o Paraguai. O Brasil tem que procurar encontrar o caminho da análise, da negociação e do diálogo para resolver esse problema”, recomenda.

“Há muito tempo o Brasil e o Paraguai têm boas relações. Eu não conheço casos semelhantes a este no mercado ilegal de cigarros no mundo, a não ser entre Vietnã e Camboja, que são nações muito pequenas”, afirma. O economista ressalta, ainda, que o contrabando é maior no Brasil do que outros países vizinhos do Paraguai. No Chile, por exemplo, os cigarros ilegais representam 12,3% do

mercado. Na Argentina, 9,3%. No Uruguai, 24%. E, no Brasil, 41,9%.

Discussão equivocada

Para Iglesias, o problema permanece ativo por 32 anos por alguns motivos, como a atenção não focada nos atores importantes da atividade. Além disso, a redução dos impostos é uma discussão equivocada. “Quando a gente se

pergunta porque o contrabando de cigarros dura tantos anos é porque a indústria do tabaco influencia, enfatizando que esse é um problema que veio dos impostos, que não explicam nem a origem nem a permanência dele”, ressalta.

O economista reforça que a tributação e os preços elevados para produtos de tabaco são importantes para a promoção da saúde dos brasileiros. “Um exemplo

disso é o Brasil entre 2012 e 2017, que, com a correta política tributária, foi capaz de aumentar preços e reduzir a prevalência de fumantes”, indica. No período, o índice de fumantes caiu de 14,8% para 12,2% da população.

Direito internacional

Ainda que envolva diferentes atores, Iglesias acredita que há

CONTRABANDO DE CIGARROS: ENORMES PREJUÍZOS AO BRASIL

Contrabando de cigarro paraguaio impacta economia e a saúde do brasileiro, e país busca soluções negociadas para minimizar a questão

APRESENTADO POR



“É uma situação vergonhosa!” É com expressões assim que o economista Roberto Iglesias costuma definir o contrabando de cigarros do Paraguai para o Brasil. “Não é um problema pequeno, nem um problema que começou ontem”, insiste. Desde o início da década de 1990, o comércio ilícito de tabaco no país traz danos significativos à saúde de usuários e aos cofres públicos, com forte perda de arrecadação de impostos, por exemplo. O Paraguai é a principal origem dos produtos contrabandeados.

“A pergunta que eu sempre faço é: como é que uma coisa desse tipo acontece há três décadas, numa economia tão grande como a brasileira? E os dois países são amigos e membros do Mercosul; o Brasil é o principal parceiro comercial do país vizinho”, continua Iglesias, especialista da área de controle de tabaco.

A situação deixa especialistas no controle do tabagismo preocupados, pois torna os cigarros ainda mais acessíveis, quando o recomendado é justamente o oposto, para desestimular

o consumo de um produto nocivo como o tabaco. “Há uma série de prejuízos associados ao contrabando de tabaco, impactando a política econômica e a saúde, especialmente da população mais jovem, segmento cooptado em primeiro lugar para o consumo de cigarros”, comenta Mônica Andreis, diretora executiva da ACT Promoção da Saúde.

“No Brasil, a epidemia do tabagismo se agrava ainda mais com a venda de cigarros ilegais. É fundamental combater, também, o consumo de cigarro legal, por meio de medidas como o fortalecimento da política de preços e impostos”, opina André Szklo, epidemiologista do Instituto Nacional de Câncer (Inca).

Carga pesada

O peso do contrabando de cigarros no mercado interno é elevado. Nos anos 1990 foram criadas empresas legais, no Paraguai, que até hoje importam tabaco de produtoras legalizadas no Brasil e devolvem grande parte da produção de lá, de maneira ilegal, pelo mercado paralelo.

Dados do Instituto Nacional de Câncer, de acordo com estimativa oficial, apontam que o mercado ilegal em 2019 atingiu 37,2%. É um índice significativo, ainda que menor do que o alardeado por representantes



com o acompanhamento da linha de produção até a venda, além de troca de informações entre os governos, mecanismos de negociação e revisão de penalidades diante de violações. Com a ratificação do Protocolo no Paraguai, haveria uma base legal para organizar e formalizar o comércio entre os dois países.

O Protocolo da OMS foi ratificado pelo Brasil em 2018 e foi criado um comitê de implementação. No governo atual, entretanto, tudo ficou estacionado. “Seria muito importante que esse comitê retomasse as discussões para incremento de intercâmbio entre os diversos setores do governo. Precisamos definir estratégias de ação, e o melhor enfrentamento do contrabando é por meio do Protocolo da OMS”, diz Mônica Andreis.

Chances de avanço

A reativação de mecanismos para avanço das medidas previstas no Protocolo também é defendida por André Szklo: “A melhor maneira de combate ao mercado ilegal de tabaco não é abaixando o preço dos cigarros legais, que no Brasil já é o segundo mais barato das Américas, atrás, apenas, do próprio Paraguai. A melhor maneira é aplicar o Protocolo, que apesar de ratificado, encontra-se estagnado.”

Com a dificuldade para avançar na plena implementação do Protocolo por parte do governo brasileiro, espera-se por movimentos do Paraguai nessa direção. Há possibilidades de avanço nas tratativas com o governo vizinho nesse sentido, afirma a executiva da ACT.

“Houve um interesse de parte do Paraguai em sediar uma reunião internacional sobre o tema, no ano passado”, conta Mônica Andreis. Existe, inclusive, uma sinalização de que o Protocolo da OMS pode ser tema de votação pelo Senado paraguaio, neste semestre. “Então, é uma oportunidade de retomar essa negociação e discutir o enfrentamento do problema, porque ambos os países deverão submeter suas políticas internas às regras internacionais balizadas pelo Protocolo da OMS”, ela afirma.

do setor fumageiro, que no mesmo ano falava em 57% de mercado ilícito de tabaco no Brasil.

Alta também é a carga dos efeitos do tabagismo sobre os ombros da sociedade brasileira. Mais de 160 mil pessoas morrem no país, anualmente, de forma prematura, por efeitos do tabaco, segundo o Instituto de Efectividad Clínica y Sanitaria, instituição de pesquisa médica da Argentina, e o Inca. Custos diretos e indiretos com doenças associadas, incluindo cuidados familiares, elevam-se a cerca de R\$ 125 bilhões, enquanto o recolhimento tributário cobre apenas cerca de 10% dessas despesas, em torno de R\$ 12,2 bilhões anuais.

A busca de soluções para essa complexa questão une entidades voltadas para a promoção da saúde, instâncias governamentais como órgãos dos ministérios da Saúde, Receita Federal, Polícia Federal, Itamaraty e Congresso Nacional, do Brasil e do Paraguai. Parlamentares paraguaios ligados à saúde e membros do executivo daquele país têm demonstrado interesse em enfrentar o problema e desde o ano passado acenam na direção da possibilidade de comprometimento, também do Paraguai, no sentido de se chegar a um acordo sobre a questão.

Protocolo da OMS

Segundo especialistas, a saída para a distribuição de cigarros paraguaios no Brasil teria um viés comercial e outro diplomático, requerendo a formalização da exportação paraguaia ao Brasil, pagando os devidos impostos e cumprindo as regulações daqui, passando também pela negociação diplomática entre representantes dos dois países, para que o Paraguai elimine as vendas ao mercado ilegal que existe entre os dois países. Porém, nada disso aconteceu em 32 anos de controvérsia e avanços do contrabando do cigarro paraguaio no mercado brasileiro. Mas hoje surge uma possibilidade concreta, a partir de um instrumento da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A OMS criou o Protocolo para Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, ratificado por mais de 60 países da Europa, África e Ásia, seis dos quais na América Latina, entre eles o Brasil. Ele prevê uma gama de ações coordenadas em nível internacional para combater esse tipo de comércio ilegal, como um regime mundial de rastreamento, de forma a identificar locais de contrabando e garantir que a cadeia de fornecimento de produtos de tabaco tenha registro,